

## PLANEJAMENTO E PROGRAMAS EDUCACIONAIS: FERRAMENTAS INERENTES AO CONTEXTO ESCOLAR

Monaliza Mikaela Carneiro Silva (UFCG)

Paulo Ricardo Soares Pereira (UFCG)

Thayse Kelly Barbosa da Silva (UFCG)

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Candeia Rodrigues (UFCG)

### INTRODUÇÃO

Com certeza, já ouvimos a célebre afirmação: A escola é o alicerce de formação do cidadão. É irrefutável e necessário pensar a escola enquanto uma “comunidade” que tem influência direta e não somente em seu interior, na vida pessoal, social e profissional do aluno e em seu convívio familiar.

Perante os mais diversos avanços e realidades apresentadas ao longo dos últimos anos, em nosso país, é cada vez mais comum – na esfera educacional – a discussão de novas propostas organizacionais, de modo a (re)avaliar as atividades de gestão e estratégia educacional. No cerne deste debate, destacam-se essencialmente, o *planejamento educacional* e as *políticas públicas educacionais* – ações e programas – no ambiente escolar.

Nesse sentido, de modo a conhecer e identificar – na prática – como se configuram e se executam o planejamento educacional e os programas governamentais no cenário escolar, realizamos em uma escola pública, situada no município de Campina Grande - PB, uma entrevista com funcionários de diferentes setores – direção, administração e corpo docente, respectivamente. Os entrevistados foram: o diretor, o chefe administrativo e um professor de Língua Portuguesa.

Através desta pesquisa, objetivamos fundamentalmente, reconhecer e descrever o(s) tipo(s) e os níveis de planejamento realizado(s) na escola; verificar qual (is) programa(s) governamental (is) orienta(m) e/ou exerce(m) influência sobre o planejamento da escola, das disciplinas e/ou das aulas; conhecer e analisar os critérios que orientam o estabelecimento de objetivos de ensino-aprendizagem, a seleção de conteúdos e como é avaliada a ação educativa.

Em função da brevidade da entrevista buscamos ao máximo, questionar os entrevistados sem nos distanciar dos nossos objetivos, reproduzindo perguntas como: *A escola tem um planejamento? Como a escola planeja suas ações? Os professores seguem este*

*planejamento ou o fazem de maneira independente? Quais os programas governamentais executados pela escola?* A cada resposta dada, fazíamos anotações, de maneira a registrá-las, como também, para servir de orientação para a produção desta pesquisa. Logo, todas as informações aqui prestadas, são oriundas de conversa com os funcionários da escola.

Além desta introdução, este trabalho encontra-se segmentado em outras partes, a saber: a *apresentação da escola* – destaque dos elementos administrativos e pedagógicos; *planejamentos realizados na escola* – os tipos e níveis de planejamento realizados; seguido da descrição dos *programas governamentais implementados*, tendo como aportes teóricos Menegolla & Sant’Anna (2010), Bazzo (2000) e Fusari (1989), além das Diretrizes Operacionais (2012), concluindo com algumas considerações finais.

Ao término da “entrevista”, os funcionários comprometeram-se em nos fornecer alguma documentação – P.P.P.; relatórios; planos de disciplina, por exemplo – tanto para corroborar as informações relatadas, quanto para de algum modo, nos possibilitar diferentes fontes de análise, porém, até a conclusão deste trabalho, nenhum material nos foi enviado. Desta maneira, todas as informações expostas no decorrer desta pesquisa sobre o planejamento da escola são resultados de fontes meramente orais, sem quaisquer comprovações documentais – escritas e/ou gravadas, o que com certeza, de maneira nenhuma, invalida ou torna imprópria a descrição e a análise dos dados coletados.

#### APRESENTAÇÃO DA ESCOLA...

Localizada em bairro da periferia deste município, a escola pública – rede estadual – visitada tem seu horário de funcionamento disposto nos três turnos para um total de aproximadamente 1.500 alunos distribuídos entre os ensinos fundamental, médio e E.J.A. (Educação de Jovens e Adultos).

A escola observada conta com um orientador pedagógico, para a elaboração de projetos escolares (plano de aulas, mostra pedagógica, entre outros) e outras atividades pertinentes à relação aluno-pais-ensino (reuniões sobre rendimento escolar, entre outros).

Partindo para o setor de recursos humanos, a equipe administrativa dispõe de um modo geral, de secretários destinados a organização e processamento de todo material necessário para o controle escolar. A equipe pedagógica é estruturada basicamente a partir do S.O.E.

(Serviço de Orientação Educacional), no qual, tem o intuito de desenvolver programas educativos nos diferentes segmentos, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

No que se refere aos professores de línguas, existem em torno de 10 professores distribuídos para o ensino de língua materna e estrangeira (inglês e espanhol) nos três turnos de funcionamento.

No tocante à administração e direção geral da escola, nos foi informado que esta escola possui 01 (um) gestor geral (denominação pronunciada pelo entrevistado – *o chefe administrativo* – neste caso, o próprio gestor geral) e 02 (dois) gestores adjuntos (*diretores*). O gestor geral é o responsável por todo o funcionamento da escola, desde providências administrativas até assuntos pedagógicos, tendo este, no início de cada ano, que assinar um *Termo de Compromisso* no qual, se responsabiliza por seguir todas as normas e procedimentos estipulados segundo *As Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino*.

Tais Diretrizes foram formuladas em consonância com os projetos de cada uma das Gerências da Secretaria de Estado da Educação e, mais do que isso, em diálogo com toda a rede estadual (...) as Orientações sobre o funcionamento das nossas escolas estão divididas em sete tópicos que vão da área administrativa à área pedagógica, passando pela organização da educação básica, pelas modalidades e pelas ações de transversalidade e, especialmente, sobre os numerosos programas, cursos, projetos e planos. (DIRETRIZES, 2012, p. 05).

Formulado anualmente, a cartilha com as Diretrizes Operacionais apresenta todas as instruções/diretrizes para a gestão de pessoal para o respectivo ano letivo. Nele estão disponíveis alguns dos balizamentos principais para as ações escolares que envolvem, diretamente, as pessoas – alunos, professores, diretores, pessoal de apoio – que farão acontecer o cotidiano de cada escola e de cada atividade educativa.

Art. 1º - Os Demonstrativos de Docentes e de Pessoal Técnico, Administrativo e de Apoio das Escolas deverão ser atualizados pelo Diretor da Escola e cadastrados no Sistema de Acompanhamento de Pessoal – SAP pelos técnicos da Gerência Regional de Educação, tendo como responsáveis o Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo e o Gerente Regional. (DIRETRIZES, 2012, p. 07).

Numa breve apresentação da escola, percebemos claramente que a escola segue a orientação dada pela Lei ou pelos sistemas governamentais, com a finalidade – pelo menos é o que se demonstra – de atender às necessidades da comunidade e, sobretudo às

necessidades do aluno. Logo, a partir deste dado, já podemos refletir até que ponto está a liberdade de escolha, de planejar da(s) escola(s), uma vez que, seguindo regras “modelo”/ “homogêneas”, como esta(s) funciona(rão), quando consideramos as diferentes realidades socioeducativas?

## PLANEJAMENTOS REALIZADOS NA ESCOLA...

O planejamento escolar deve ser realizado observando algumas especificidades, seja relacionado à instituição ou ao seu público. De acordo com Menegolla (2010), o planejamento escolar deve comportar o planejamento dos variados “setores” que compõe a instituição, tais como direção, psicólogos, coordenação, corpo docente, dentre outros. A instituição de ensino deve pensar e/ou elaborar seu planejamento concernente com a realidade de cada escola.

O planejamento faz parte de um processo constante por meio do qual a preparação, a realização e o acompanhamento estão intimamente ligados, no qual, o educador e escola selecionam e organizam os conteúdos necessários para dar conta dos objetivos educativos em acordo com as mais variadas formas de planejamento.

O planejamento é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas na sua organização e coordenação, em face aos objetivos propostos, quanto na sua previsão e adequação no decorrer do processo de ensino aprendizagem. (...) Planejar é tomar decisões nem sempre infalíveis. Neste contexto, o planejamento sempre está em processo, em evolução no decorrer do ano letivo. Toda a comunidade escolar necessita integrar-se ao Planejamento da Escola, objetivando resultados positivos no sistema de ensino e aprendizagem do educando. (DIRETRIZES, 2012, p.13).

Percebemos então, quando se refere ao planejamento e à realização do trabalho escolar e docente, que estes são, frequentemente, administrados mesmo que em diferentes “níveis”, segundo um quadro legal, bastante preciso de convenções coletivas firmadas entre professores, diretores, associações e/ou autoridades públicas.

Quando nos referimos a diferentes “níveis”, chamamos a atenção, ao fato de que, por exemplo, na instituição na qual fizemos esta pesquisa, em especial quando conversávamos com o professor, este relatou que, mesmo tendo como livro-base - *Português com Texto Integração e Sentido* da editora Moderna - adotado para as turmas de ensino médio e repassado pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), os professores de língua portuguesa

ao se reunirem e debaterem sobre a organização do conteúdo a ser trabalhado durante o ano, ficam “livres” para organizar o plano de conteúdo da disciplina, ou seja, não são “pressionados” ou “obrigados” a seguir livros ou programas curriculares preestabelecidos, seja por órgãos públicos, seja pela própria direção da escola.

A partir disso, podemos inferir que, certa independência de planejamento produziria um “descompasso” com outras temáticas disciplinares e até escolares, porém, de acordo com o próprio professor entrevistado, isto não acontece, uma vez que, quando, ocorrem principalmente ações/campanhas/temáticas educativas propostas pela própria escola, há uma interação interdisciplinar que se reproduz nos textos, discussões e avaliações trabalhados em sala de aula.

Destacamos que o planejamento de ensino e o plano de aulas apesar de serem termos que mantêm uma relação bem próxima, de complementaridade e interdependência, não devem ser concebidos do mesmo modo, como alguns professores propõem.

O planejamento do ensino é o processo que envolve a atuação concreta dos educadores no cotidiano do seu trabalho pedagógico, envolvendo todas as suas ações e situações, o tempo todo, envolvendo a permanente interação entre os educadores e entre os próprios educandos, já o plano de ensino é um momento de documentação do processo educacional escolar como um todo. Plano de ensino é, pois, um documento elaborado pelo(s) docente(s), contendo a(s) sua(s) proposta(s) de trabalho, numa área e/ou disciplina específica. Pensar e planejar são ações que ocorrem simultaneamente. Desse modo, o trabalho do professor é tão importante e complexo que não pode ser improvisado, no qual, cada educador, conhecendo os alunos que trabalhará, deve saber o que vai ensinar, para quê e como fará isso no decorrer do trabalho educativo. Assim também, a escola como um todo, a partir das diretrizes gerais, define-se estabelecendo ações e prioridades. (FUSARI, 1989, p.10).

De modo geral, o ato de planejar – revisões, ações, objetivos e metas – feito pela escola em questão é pensado, ou pelo menos é o que se pretende, segundo *As Diretrizes Operacionais*, implementado obviamente, a partir da orientação do gestor geral com apoio dos gestores adjuntos.

A escola deverá realizar o planejamento coletivo, envolvendo os profissionais dos turnos diurno e noturno. Na oportunidade, deverão ser analisados os índices de desempenho dos educandos (aprovação, reprovação, evasão e abandono), constantes no Relatório Final do Ano Letivo da escola (DIRETRIZES, 2012, p.13).

Segundo os entrevistados, a escola realmente segue e propõe várias “etapas” para um planejamento – educacional, escolar, disciplinar. Basicamente, são realizadas reuniões ao

final e início de cada ano letivo, nas quais: os professores são responsáveis por apresentar em valores numéricos o quantitativo de alunos aprovados e reprovados nas respectivas disciplinas; discutem-se as urgências detectadas na escola, os resultados alcançados, as metas e os objetivos para o ano letivo, o futuro dos alunos reprovados, como serão organizadas as próximas matrículas e vagas disponibilizadas, os horários das aulas, entre outros. Ressaltamos que, tanto estas reuniões como qualquer outro encontro que tem o intuito de abordar temas relacionados à escola, são concebidas de modo coletivo – direção, professores, primordialmente – e podem/devem ocorrer, como bem destacaram os entrevistados, sempre que se julgar necessário, para a discussão/divulgação dos mais variados assuntos, ações educativas, comunicados extraordinários, por exemplo.

Neste sentido, entendemos que o trabalho planejado e realizado, não somente por esta escola visitada, mas como por toda instituição educativa e pelo professor, depende de fatores referentes à educação de um modo geral e àqueles que se realizam no espaço da sala de aula. Logo, é indispensável compreendermos que o planejamento deve ser feito com a finalidade de garantir a funcionalidade e a eficácia das ações planejadas, buscando assim, uma aprendizagem garantida por meio de um ensino produtivo.

#### PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS QUE ORIENTAM OU EXERCEM INFLUÊNCIA SOBRE O PLANEJAMENTO DA ESCOLA, DAS DISCIPLINAS E/OU DAS AULAS...

É máxima presente no cenário educacional, por meio das diversas esferas governamentais – municipal, estadual e federal – e não governamentais, a frequente implementação de programas e ações educacionais. Em um novo padrão de gestão, a política educacional foca no desenvolvimento de padrões de gestão centrados na escola e a implementação de sistemas de monitoramento e acompanhamento sistemáticos da qualidade e do desempenho escolar.

Assim, surgem as políticas públicas educacionais na tentativa de ampliar o aprendizado aos estudantes além de minimizar o déficit educacional no Brasil, o combate ao analfabetismo, por exemplo. Ponto efetivo de aplicação dessas políticas, a escola passa a planejar sua ação levando em consideração também, a participação nos programas educacionais. Isso nos leva a confirmar o que Menegolla (2010) destaca em seu texto, quando expõe que o planejamento escolar deve seguir, adotar ou orientar-se por meio de

“mecanismos” que servem de subsídios para auxiliar no planejamento. Neste caso, o que tratamos por “mecanismos” seriam os próprios programas e ações educacionais.

Durante a visita à escola, o gestor nos relatou, mesmo que em linhas gerais, sobre os programas – governamentais – que estão em execução, tais como: *Prova Brasil*, *Mais Educação*, *PNDDE*, *PNLD*, *PNBE*, *EJA*, *IDEB*, *PROINFO* e *PNAE*. Apresentaremos a seguir, algumas características básicas de cada programa – tempo de atuação na escola, principais objetivos, entre outros – segundo as descrições do próprio gestor e a partir de informações disponibilizadas pelo *M.E.C.* ([www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)) e pelas próprias *Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino*.

#### **- Prova Brasil**

Uma das avaliações oficiais do M.E.C., a *Prova Brasil afere os conhecimentos dos educandos do 5º e 9º anos em Língua Portuguesa e Matemática, a cada biênio. O SAEB avalia, por amostragem, os conhecimentos dos educandos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, nas mesmas disciplinas e em todas as redes de ensino.* (DIRETRIZES, 2012, p.20).

*A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.*

*Nos testes aplicados na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental e na terceira série do ensino médio, os estudantes respondem a itens (questões) de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho.* (MEC, 2013).

#### **- Mais Educação**

Estando em vigor na escola desde setembro de 2012, *O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal*

*fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. (MEC, 2013).*

*Objetivos: Ampliar a jornada do educando, no sentido de oportunizar uma aprendizagem efetiva e eficaz; Garantir a formação básica, de forma que venha assegurar o conhecimento teórico-prático necessário ao desenvolvimento das potencialidades do cidadão. Desenvolver atitudes, competências e habilidades necessárias à participação cidadã. (DIRETRIZES, 2012, p.26).*

#### **- PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)**

*O PDDE consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse. (MEC, 2013).*

*As escolas públicas com mais de 50 educandos devem possuir, obrigatoriamente, Conselhos Escolares (Unidades Executoras) para receber recursos diretamente do FNDE. Nas escolas com até 50 educandos, a criação de Unidade Executora é facultativa, havendo a possibilidade do repasse do recurso ser feito por meio da Entidade Executora - Secretaria de Estado da Educação. (DIRETRIZES, 2012, p.28-29).*

De acordo com o gestor, a própria escola elabora um “projeto”, no qual constam as principais urgências financeiras, que será respectivamente avaliado e quiçá atendido.

#### **-PNLD (Programa Nacional do Livro Didático)**

O PNLD envia novos livros didáticos – coleções – às escolas a cada 3 anos, o último envio para a escola visitada ocorreu no ano de 2011, conseqüentemente, os livros estarão sendo utilizados até o ano de 2014.

*O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de*

livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.

O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes. (MEC, 2013).

#### **-PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola)**

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O atendimento é feito em anos alternados: em um ano são contempladas as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos. Já no ano seguinte são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar. (MEC, 2013).

#### **- EJA (Educação de Jovens e Adultos)**

Na escola que visitamos, o EJA acontece nos três turnos de funcionamento da instituição.

A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino é destinada a pessoas que não puderam ter acesso ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio em idade própria, ou não tiveram a possibilidade de continuar os seus estudos em tempo hábil. A Secretaria da Educação, por intermédio da Gerência Executiva da Educação de Jovens e Adultos (GEEJA), oferece Cursos Presenciais, Semipresenciais e Exames Supletivos. (DIRETRIZES, 2012, p.16).

#### **- IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)**

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB é um indicador de qualidade educacional que leva em consideração dois fatores: Rendimento Escolar (aprovação,

reprovação e abandono) e o Desempenho nas Avaliações Oficiais: Prova Brasil e SAEB. (DIRETRIZES, 2012, p.20-21).

*O Ideb foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Inep e em taxas de aprovação. Assim, para que o Ideb de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula.*

*Para que pais e responsáveis acompanhem o desempenho da escola de seus filhos, basta verificar o Ideb da instituição, que é apresentado numa escala de zero a dez. Da mesma forma, gestores acompanham o trabalho das secretarias municipais e estaduais pela melhoria da educação.*

*O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 em 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos. (MEC, 2013).*

Abaixo, segue os últimos indicadores de qualidade da educação da escola visitada:

Escola	Ideb Observado		
	2007	2009	2011
EEEFM “x”	2.7	2.7	3.2

Tabela 1- Fonte: I.N.E.P.- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

#### **- PROINFO (Programa Nacional de Tecnologia Educacional).**

*PROINFO - Programa do Governo Federal em Parceria com a Secretaria de Estado da Educação, este programa encontra-se inserido dentro do PROTED (Programa das Tecnologias Educacionais) e visa atender as escolas de educação básica mediante à distribuição de laboratórios de informática, o que é feito por meio de uma pré-seleção com base em dados sobre as escolas informados através do censo escolar. (DIRETRIZES, 2012, p.20-21).*

*É um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias. (MEC, 2013).*

### **- PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)**

*O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conhecido como Merenda Escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. (MEC, 2013).*

*Todas as escolas da rede estadual deverão adquirir os gêneros alimentícios por meio de procedimento licitatório, obedecendo ao que dispõem a Lei 8.666/93 e 11.947/2009 e Resoluções do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.*

*Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AGRICULTURA FAMILIAR e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. (Art. 14 da Lei nº 11.947/2009) (DIRETRIZES, 2012, p.29-30).*

De acordo com a gestora da escola, realmente, todos os gêneros alimentícios são adquiridos por meio de licitações enviadas pelas empresas interessadas.

A partir das informações dos diferentes programas governamentais descritos, percebemos claramente, o quanto estes norteiam um objetivo em comum: aprimorar a qualidade da educação no país e a reduzir as desigualdades socioeducacionais. Sabendo apenas, que estes, são executados na escola, e não tendo acesso mais detalhado sobre seus respectivos funcionamentos e principalmente, os seus resultados, esperamos que estes programas realizados na escola, não se tornem “mecanismos” meramente representativos e estatísticos do que se pensa como educação de qualidade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apresentadas algumas características básicas da escola, verificamos que a mesma dispõe ou pelo menos demonstra ter elementos – administrativos, pedagógicos, projetos e ações educativas – fundamentais quando se pensa em uma gestão educacional eficiente e num espaço escolar interdisciplinar. Porém, para que os resultados sejam positivos,

compreendemos e avaliamos que toda a comunidade escolar – direção, professores, alunos e pais – precisa integrar-se no processo educacional, tendo como aliado essencial nessa conexão, o planejamento.

É por meio do planejamento que antevemos ações docentes focadas para a problemática social, econômica, política e cultural que envolve toda a escola, ao tempo que aproximamos a realidade existente da realidade desejada.

Por fim, destacamos a necessidade de se compreender o funcionamento do sistema de ensino nos seus diferentes níveis, estando atento às diferentes estratégias e diretrizes educacionais. O uso adequado destas estratégias em um planejamento real e bem estruturado torna-se um auxílio de grande importância no desenvolvimento de um ensino-aprendizagem competente, funcional e de qualidade.

## REFERÊNCIAS

BAZZO, V. L. *Para onde vão as licenciaturas? A formação de professores e as políticas públicas*. Educação, Santa Maria, RS, v. 25, n. 1, 2000.

BRASIL. Padrões Mínimos de Qualidade do Ambiente Escolar, Fundo de Fortalecimento da Escola FUNDESCOLA / MEC.2006.

FUSARI, J. C. *O planejamento da educação escolar: subsídios para ação-reflexão-ação*. São Paulo, SE/COGESP, 1989.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que planejar? Como planejar? Currículo – Área – Aula*. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Parte I. pp. 11-94.

BRASIL, MEC, disponível em <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Ministério da Educação e Cultura.

DIRETRIZES OPERACIONAIS, disponível em <<http://Diretrizes-Operacionais-para-o-funcionamento-das-escolas-da-rede-estadual-de-ensino.pdf>>. *As Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino*.

INEP, disponível em <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>>. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.